

# Empreendedorismo Social: o Projeto Londrina Mil ONGs

Francisco Ricardo Duarte<sup>1</sup>  
Luis Miguel Luzio dos Santos<sup>2</sup>

ISSN 1518-4342

---

## REFERÊNCIA deste trabalho:

DUARTE, Francisco Ricardo e SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Empreendedorismo Social: o Projeto Londrina Mil ONGs. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 277-293.

## Resumo

O presente artigo aborda as relações existentes entre o Empreendedorismo Social, aqui apresentado como Terceiro Setor e o Projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Londrina, no Norte do estado do Paraná, chamado Projeto Londrina Mil ONGs. A participação e a presença das organizações sem fins lucrativos na sociedade atual, já é por si só um fato marcante, representando por sua vez uma quebra de paradigmas. Atualmente, as universidades, assim como os demais órgãos públicos de maneira geral, deveriam contribuir para uma efetiva profissionalização destas organizações, pois as mesmas, têm dado grandes contribuições para as comunidades onde estão inseridas. Assim, a formação de Empreendedores e gestores sociais é apresentado como um grande desafio. Neste sentido, é apresentado o Projeto Londrina Mil ONGs como uma experiência única, por parte do primeiro setor, o Estado, de incentivar o surgimento de novas organizações bem como a profissionalização das mesmas.

## INTRODUÇÃO

Muito se tem falado nos últimos anos sobre o Empreendedorismo: cursos, seminários, congressos, revistas, livros, sites, etc. Tudo isso, evidencia a importância do para a sociedade contemporânea, especialmente para as empresas. Assim, o empreendedorismo passa a ser quase que um fenômeno cultural, que influencia as práticas e os valores das pessoas.

Percebe-se também a importância que vem adquirindo nos últimos anos o chamado Terceiro Setor. As Organizações Não-Governamentais, sem fins lucrativos, surgem como que uma resposta à incapacidade do Estado (1º Setor) em atender as crescentes demandas sociais com os recursos cada vez mais reduzidos. Assim, essas organizações

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração de Empresas – UEL - Professor da Universidade Norte do Paraná –UNOPAR e da Universidade Estadual de Londrina – UEL. - E-mail: [fricardoduarte@bol.com.br](mailto:fricardoduarte@bol.com.br)

<sup>2</sup> Mestre em Administração de Empresas – UEL - Doutorando em Ciências Sociais pela PUC\_SP - Professor da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR - E-mail: [lmig@uol.com.br](mailto:lmig@uol.com.br)

surtem da necessidade das comunidades ou organizações da sociedade civil organizada em resolver os seus problemas.

Assim como o crescimento do Terceiro Setor já é visível, percebe-se também a necessidade de profissionalizar estas organizações, sendo que as mesmas são administradas em sua grande maioria de forma amadora.

O presente artigo faz uma análise dos principais conteúdos relacionados ao terceiro setor e ao empreendedorismo social, ao mesmo tempo em que apresenta a experiência inovadora do chamado Projeto Londrina Mil ONGS. Projeto este desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Londrina, com o objetivo de incentivar o surgimento de novas organizações, bem como a profissionalização das mesmas.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo tem um caráter formal descritivo, como estabelecem Cooper & Schindler (2003), levando em conta que a meta deste tipo de estudo é responder às questões de pesquisa propostas. Utilizou-se, para tal, levantamento bibliográfico, além de se realizarem visitas e entrevistas com os coordenadores do Projeto Londrina Mil ONGS, sendo a pesquisa proposta classificada como exploratória e qualitativa.

O presente estudo poderá ser classificado como estudo de caso, que segundo Treviños (1987) permite uma comparação das informações provindas de várias fontes através de processo de retroalimentação constante entre coleta e análise de dados. O autor afirma que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, compreensão dos significados culturais e da sociedade como um todo que rodeia o fenômeno. Yin (2001), ressalta que os estudos de caso são geralmente considerados mais convincentes e de maior poder de generalização, e o estudo global é, portanto considerado como sendo mais robusto, no sentido de se poder realizar conclusões mais precisas e confiáveis, motivo pelo qual optou-se por esta metodologia. Pois, Segundo Yin (2001, p. 19).

O Estudo de Caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais...Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Assim, fundamentados em Yin (2001, p. 19), acreditamos que a o incentivo a criação e profissionalização de organizações não-governamentais, através do Projeto Londrina Mil Ongs é sem dúvidas um fenômeno contemporâneo e que merece a nossa atenção e estudo.

A coleta de dados foi realizada através de dados secundários, nomeadamente pesquisa documental, coletado junto às secretarias que e órgão municipais que são responsáveis pela organização do projeto Londrina Mil ONGS. Além disto, buscou-se também o apoio de material bibliográfico nacional e estrangeiro sobre empreendedorismo social e terceiro setor. Utilizou-se como ponto de partida da pesquisa, os livros de Ioschpe (1997) e o de Melo Neto & Froes (1999), assim como os periódicos RAU (Janeiro / Março 1999) e RAE (Abril / Junho 2000), destacam-se ainda, os sites de Internet RITS, INTEGRAÇÃO e ISER e de modo especial o banco de dados da CAPES e da Wilson Business, onde foram utilizadas as seguintes palavras chave: Terceiro Setor, OSCIP, No profit organization, Not Governmental Organization. Como resposta foram encontradas 90 referências nacionais e 25 estrangeiras. Foram, ainda, realizadas visitas a várias ONGS do município de Londrina, com o intuito de coletar documentos de apoio para o embasamento

teórico a ser realizado, tendo como finalidade buscar estudar a participação e a contribuição das ONGS na construção da nova ordem social (OFFE, 1998).

Podemos então segmentar a pesquisa em dois momentos distintos que se complementam. Primeiramente através de coleta e análise de material bibliográfico que se buscou explicar o modelo socioeconômico que culminou com o desenvolvimento das ONGS. Posteriormente passou-se à coleta de material documental coletado através de visitas às organizações selecionadas, complementadas através de entrevistas não estruturadas junto aos dirigentes do Projeto Londrina Mil ONGS.

Os dados obtidos através da coleta de dados, tanto das ONGS, secretarias municipais, e também nas diversas fontes (páginas de ONGS na Internet, material institucional e promocional das mesmas, matérias de jornais e revistas etc), foram posteriormente comparados e analisados de forma qualitativa, através de análise documental, análise de conteúdo. Para a análise dos dados primários foram utilizadas a análise de conteúdo e a técnica de triangulação para a comprovação da veracidade das informações.

Segundo De Bruyne et al (1997), a análise documental tem como vantagem permitir ao pesquisador dispor de instrumentos “não reativos“ para a investigação das fontes secundárias. A análise dos dados consiste na examinação, categorização, tabulação, ou outro tipo de recombinação de evidência, para dirigir às proposições iniciais do estudo (Yin, 2001).

Segundo Yin, (2001) a evidência para estudos de caso podem vir de seis fontes: documentos, registros arquivais, entrevistas, observação direta, observação participante, e artefatos físicos. Entre as fontes citadas foram utilizadas:

- Documentação - Foram utilizados recortes de jornais e artigos, e demais documentos administrativos, disponíveis nos endereços eletrônicos das empresas estudadas;
- Registros arquivais - registros e anotações pessoais feitos nos últimos dois anos sobre tecnologia de informação e internet;
- Entrevistas – foram enviados questionários para as empresas que disponibilizaram seus endereços eletrônicos.

De acordo com Bardin (1997), a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (entrevistas e questionários) indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Segundo Godoy apud Costa (1997), a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Assim, a pré-análise pode ser como uma fase de organização. Nela o material é coletado e faz-se a primeira leitura do mesmo. Por sua vez, a segunda fase que consiste na exploração do material, é norteadas pelo referencial teórico e pelas hipóteses ou perguntas de pesquisas formuladas. Na terceira e última fase, utilizando-se de técnicas qualitativas, reunirá os resultados em busca de padrões, tendências ou relações implícitas.

A presente pesquisa apresenta limitações próprias de sua natureza qualitativa que passam pela percepção do pesquisador, correndo o risco de sofrer vieses

interpretativos. Uma das principais limitações é que o Projeto Londrina Mil ONGS é projeto político da prefeitura de Londrina, estando, portanto limitado ao tempo de duração de mandato do atual prefeito. Uma outra limitação, é que o projeto ainda está em fase de implementação, não sendo possível ainda, avaliar os seus resultados e impactos.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Observou-se na segunda metade do século XX uma diminuição da atuação dos governos nacionais, tanto em questões econômicas quanto no campo social, como nos afirma Forjaz (2000). Os Estados do Bem-Estar Social tornaram-se frágeis diante das constantes e crescentes demandas econômicas e sociais das populações sem contrapartida orçamentária equivalente, resultando em déficits públicos de difícil administração. Como reflexo desses desequilíbrios, a maioria das economias mundiais passaram a substituir o modelo de Estado previdenciário por medidas de caráter liberalizantes, deixando para as leis de mercado a responsabilidade de harmonizar a sociedade e a economia.

O quadro sócio-econômico presente, caracterizado pela intensificação do processo de globalização, cujas forças comerciais interagem e se desenvolvem de forma cada vez mais ágil e dinâmica, provoca efeitos destoantes e muitas vezes perversos entre os vários agentes econômicos e sociais espalhados pelo mundo. Diante dessa realidade complexa e muitas vezes conflituosa, desenvolve-se um processo de amadurecimento e engajamento da sociedade civil ao redor do mundo, culminando numa maior consciência social, fruto do maior acesso à informação e da troca constante de experiências. A sociedade civil torna-se cada vez mais atuante, contribuindo para o surgimento de uma nova força social, emergindo entre o setor público e o privado, ou seja, entre o primeiro setor e o segundo, denominando-se este de terceiro setor, proveniente da sociedade civil organizada. Tem como finalidade a contribuição para o desenvolvimento econômico e social, respeitando as heterogeneidades e singularidades de cada comunidade e agrupamento social. Amplia-se o conceito de cidadania e de democracia na sociedade civil, aumentando o caráter reivindicatório e a capacidade organizativa, que atua em prol de interesses focalizados e de caráter comunitário. Como afirma Santos (1995 p.123): "A relativa maior passividade do Estado decorrente de perda de monopólio regulatório tem de ser compensada pela intensificação da cidadania ativa, sob pena de essa maior passividade ser ocupada e colonizada pelos fascismos societais".

O redesenho do mapa político mundial veio derrubar fronteiras e facilitar o trânsito de mercadorias, informações, conhecimentos e ideologias. Passou-se a viver num mundo onde as empresas transnacionais imperam, impulsionadas pelas inovações constantes e pelos capitais "sem pátria" que circulam livremente ao redor do globo, tornando-nos cada vez mais interdependentes. Essa nova ordem econômica e social desponta como a principal alavanca de riqueza da história humana, mas contraditoriamente nenhum outro período conseguiu produzir semelhante quadro de injustiças sociais e exclusões como o atual. A década de 90 trouxe à tona as conseqüências excludentes da globalização, como o aumento exponencial da polarização entre ricos e pobres - não apenas entre países ricos e pobres, mas entre pobres e ricos de cada país (SANTOS, 2001).

Perante o complexo panorama vivenciado, surge uma nova reestruturação de forças, em que o Estado e o setor privado vão delimitando seus papéis e fronteiras de atuação, deixando, no entanto, "lacunas" por preencher que acabam por dar origem a alternativas emanada da sociedade civil organizada sensível e, cada vez, mais consciente do seu potencial e capacidade de mudança, cujos conceitos como justiça social, participação, transparência e democratização, norteiam e direcionam suas políticas de ação. Como destaca o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002) uma outra globalização começa a se fazer presente como

resposta à neoliberal, esta se caracteriza pelas redes de aliança entre diferentes movimentos sociais espalhados pelos diferentes continentes, com o intuito de lutar contra as exclusões sociais, direitos humanos, meio ambiente, desemprego, violência entre tantas outras demandas sociais. Santos (2002) defende a idéias da emancipação social, que se sustenta nos movimentos e organizações sociais de diferentes naturezas, mas com objetivos comuns, recriar uma nova forma de sociedade, mais justa e humanizante, partindo de um novo modelo de desenvolvimento focalizado na inclusão incondicional.

Desenvolve-se neste contexto a necessidade de intensificar o empreendedorismo, a iniciativa, a liderança, a busca de novas soluções criativas e transformadoras capazes de transformar a realidade que nos cerca. O empreendedorismo sob uma nova ótica vem emergindo e impulsionando novas formas de desenvolvimento social e humano, baseando-se em novos paradigmas de atuação, como tendo suas diretrizes apoiadas numa estrutura horizontalizada, partindo dos anseios e demandas das bases comunitárias, norteando-se em valores como cooperação, partilha, solidariedade, desenvolvendo-se a capacidade de autonomia de cada população visando-se à auto-suficiência e emancipação de forma sustentável e com visão sistêmica e de longo prazo, a este novo paradigma de desenvolvimento vem se chamando de empreendedorismo social (MELO NETO E FROES, 2002).

O empreendedorismo tradicional é definido como o ramo da administração que enfoca a criação e o desenvolvimento e gestão de novas organizações. Neste contexto presencia-se de forma particular nos tempos atuais a ascensão de um novo tipo de empreendedorismo, o chamado empreendedorismo social, diferenciando-se do tradicional, por não produzir bens e serviços para venda e geração de lucro como finalidade única, mas como solucionador de problemas sociais. Caracteriza-se ainda por não ser destinado ao mercado, no seu sentido mais amplo, mas direcionado a segmentos específicos da população que se encontram excluídos socialmente do processo de desenvolvimento econômico e social vigente (DOLABELLA 2000).

Segundo Melo Neto e Froes (2002) o empreendedorismo tradicional diferencia-se do empreendedorismo tradicional principalmente nos seguintes quesitos:

Empreendedorismo privado	Empreendedorismo social
É individual	É coletivo
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens e serviços para a comunidade.
Tem o foco no mercado	Tem foco na busca de soluções para os problemas sociais.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o impacto social.
Visa satisfazer as necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	Visa resgatar pessoas de situação de risco social e promovê-las

Fonte: Melo Neto e Froes (2002)

O Empreendedorismo Social baseia-se num modelo de desenvolvimento que tem como ponto de apoio três características particulares:

- **COMUNITARISMO** – mobilização e conscientização da comunidade local para este tipo de modelo de desenvolvimento, o envolvimento comunitário e despertar destes para as necessidades conjuntas, são qualidades “sine qua non” para a viabilidade desta experiência social.
- **SUSTENTABILIDADE** – Tem como objetivo principal dar autonomia às pessoas integrantes da comunidade, tornando-os independentes e auto-suficientes, torná-los agentes autônomos e

transformadores da realidade em que estão inseridos, é a superação de um estado de dependência e subserviência, para uma nova realidade, libertária e integrada entre desejos e necessidades locais, de caráter comunitário.

- INTEGRAÇÃO – desenvolvimento em redes de cooperação, envolvendo tanto o governo local, como empresas e organizações sociais. É a busca de complementariedade que traz benefícios para todas as diferentes esferas que compõem o tecido social. É a visão sistêmica colocada em prática de forma a dialogar e harmonizar as diferentes forças que compõem nossa sociedade.

Robert Putnam (2000) destaca a experiência do Norte da Itália como exemplo aproximado deste modelo de desenvolvimento e de empreendedorismo atípico e particularizado na sua estrutura e conseqüências sociais. Este modelo caracteriza-se principalmente pelos seguintes fatores:

- Proliferação de redes industriais de pequeno e médio porte, levando a um modelo de descentralização produtiva complementar e integrada; manifesta-se de forma atípica na parceria com sindicatos, escolas e empresas diversas, criando-se um tecido social coeso e integrado, gerador de sinergia entre as partes;
- a atividade produtiva é realizada de forma desverticalizada, onde as relações são incentivadas de forma harmônica e complementar, contribuindo para um acúmulo de esforços e iniciativas. Presenciam-se novos padrões de divisão do trabalho;
- não se pensa em cada empresa de forma isolada, mas o empresariado e os empreendimentos num contexto coletivo, uma rede industrial e de serviços, todos agregando valor ao produto final;
- as relações são horizontais, valorizando-se o diálogo e a negociação entre as partes de forma a se harmonizarem esforços e iniciativas objetivando-se o fortalecimento do contexto coletivo e o equilíbrio sistêmico;
- a cadeia produtiva é desenvolvida e incentivada de forma local, gerando-se um acúmulo de valor para a região e estimulando-se o empreendedorismo local, visando-se um contágio entre as diferentes partes do sistema de forma a gerarem-se multiplicadores de valor.
- em todo este modelo presencia-se um contraste em relação ao padrão vigente nos últimos tempos, onde a competitividade é a palavra de ordem, monopolizando quase que a totalidade de iniciativas de estruturação econômica e social ao redor do mundo. A ação cooperativa e comunitária vem-se opor de forma contundente ao “status quo” atual, fazendo-nos perceber que um outro modelo de economia e mesmo de convivência social é possível, sem precisar abrir mão de eficiência e eficácia.

O empreendedorismo social baseia-se em premissas básicas como elementos fundamentais para atender a suas propostas de desenvolvimento sócio-econômico, como elucidam Melo Neto e Froes (2002) e Singer (2002). Ente estas premissas podemos citar: Cooperatividade e associativismo como pontos fundamentais de busca do desenvolvimento e da harmonia social sistêmica.

Tem como objetivo o atendimento das necessidades dos públicos tanto interno como externo, sendo esta dualidade de objetivos a diretriz básica deste modelo.

Visa-se com este modelo o desenvolvimento autônomo e autogestionário, em que os diferentes participantes sejam envolvidos e participem nas decisões.

Pretende-se que haja, antes de qualquer coisa, um clima e relacionamentos movidos por um caráter de solidariedade e de relacionamentos de responsabilidade mútua indissociáveis.

Desenvolvimento integral do ser-humano. Quando se fala em empreendedorismo social em organizações socioeconômicas, se baseia num projeto muito mais amplo do que o estritamente economicista, que é reducionista e que percebe o ser humano por uma dimensão exclusivamente financeira e material, o que limita e diminui a própria condição humana no seu plano mais macro e até transcendente.

Este modelo de desenvolvimento tem nos relacionamentos o seu pilar base, sendo as redes de parcerias com os diferentes agentes sociais complementares, imprescindível para a realização e potencialização deste projeto. Entendem-se como parceiros fundamentais o governo, nas suas diferentes instancias, as organizações não governamentais, a população como um todo e aqueles que mais demandam por serviços e transformações sociais, os hoje excluídos do sistema econômico e social vigente.

O modelo que se descreve tem como razão de existência a busca por alternativas de inclusão e sustentabilidade sistêmica, sendo a capacidade de incluir e de viabilizar alternativas de longo prazo o grande motivador.

Apresenta como características fundamentais à dimensão do grupo, a coletividade, a comunidade a sociedade integrada e pensada sistemicamente de forma auto-sustentável e geradora dos recursos necessários para a sua viabilização e desenvolvimento de longo prazo.

Pretende-se com este conjunto de esforços aumentar o desenvolvimento comunitário de forma autônoma e emancipatória para suas populações, de forma a se alcançar justiça social e cidadania, além de novas forma de perceber o ser-humano, integrando as suas diferentes dimensões, hoje negligenciadas. As práticas sociais humanitárias e éticas devem ser priorizadas às eminentemente funcionalistas e reducionistas de um modelo positivista-cartesiano que vem apresentando seu desgaste de forma acelerada nos últimos tempos inviabilizando-se nas diferentes esferas de análise, tanto econômica, ambiental e ecológica, assim como culturalmente.

A formação de redes sociais amparadas em laços que vão além de bases puramente funcionalistas, onde valores como solidariedade, cooperação, inclusão e a valorização do ser-humano nas suas diferentes dimensões, integrando-as e desenvolvendo-as de forma conjunta, fazem parte dos pressupostos básicos deste modelo de desenvolvimento social.

O empreendedorismo social tem na sua visão sistêmica e integradora, uma de suas principais bases, sendo as diferentes dimensões abordadas e contempladas de forma integradora e complementar. São elas: A dimensão psicossocial que busca valorizar e desenvolver o potencial humano em suas nuances particulares, que vão da auto-estima, motivação, criatividade entre muitas outras. O respeito e a valorização da diversidade como riqueza da própria condição social em que vivemos complementando habilidades e maneiras de ser e estar contribuindo para um ambiente integrador e includente. Gutierrez (1999)

O modelo apresentado tem no respeito à cultura local uma de suas preocupações, na medida em que se pretende entender e trabalhar sob as bases sociais e culturais existentes, valorizando-as, e percebendo-as como forças a serem vivenciadas em vez de anuladas ou negligenciadas, podendo o que há de mais genuíno numa comunidade específica.

O modelo econômico e os padrões tradicionais da visão neoclássica que tem na maximização do lucro o seu pressuposto básico, são questionados por esta nova visão de

economia, em que a geração de empregos e renda e a sustentabilidade sistêmica, são prioritários à simples procura por maximização dos resultados financeiros no menor espaço de tempo possível e beneficiando um grupo cada vez menor de pessoas. Há um compromisso com as pessoas no seu sentido “lato” e a busca de cooperação e formação de redes e associações que contribuam para um ambiente que garanta o bem estar coletivo irrestrito e incondicional (SINGER, 2002).

Vem se opor ao egoísmo próprio dos modelos tradicionais de economia ocidental, regido por elites que acreditam e estimulam a criação de um mundo de bases darwinistas, onde o mercado seleciona os “mais aptos” e onde os demais serão excluídos como inaptos, refugo, ou como uma sociedade de segunda classe, como já foram os escravos, os índios, os servos da gleba, ou as castas dos purias na Índia.

Este modelo tem no respeito e sintonia com as necessidades ambientais e na percepção e visão ecológica, em que só o desenvolvimento sustentável e integrado, com a visão do homem e da natureza, como elementos dependentes e aliados, em que a única forma aceitável de desenvolvimento é quando este não coloca em risco as gerações futuras e se processa de forma harmônica e visando o longo prazo. O uso de materiais reciclados, o tratamento de detritos, a utilização racional das reservas naturais, são práticas essenciais e básicas para a justificativa de sustentabilidade e visão sistêmica do modelo apresentado.

Todo este discurso não terá sentido e passará ao plano de mais uma utopia, se o mesmo não vier acompanhado de um relacionamento e um esforço em rede, em que governos, ONGS, sociedade civil, escolas e universidades não tiverem integradas com o objetivo conjunto de viabilizar e contribuir para a viabilidade desta alternativa de empreendedorismo. Não se imagina que haja todo este esforço partindo de bases ideológicas ou emocionais, mas que se entenda a necessidade de mudança, o que não será necessário um grande esforço para perceber, e entenda-se o empreendedorismo social como a possibilidade concreta de concretização deste propósito.

### 3.1 O Terceiro Setor

A definição de Terceiro Setor ainda apresenta distorções que impedem com que haja uma unanimidade na sua caracterização e delineamento. De acordo com Mário Aquino Alves, pesquisador da Fundação Getulio Vargas, a expressão terceiro setor nasceu da idéia de que a atividade humana é dividida em três setores, um primeiro setor comportado pelo Estado, em que agentes públicos exercem ações de caráter público, um segundo setor caracterizado pelas empresas (mercado), no qual agentes privados agem visando a fins particulares, e um Terceiro Setor relacionado às atividades que são simultaneamente não governamentais e não-lucrativas, mas com finalidades públicas ou sociais. O Terceiro Setor seria o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedente econômico que sejam gerados nesse processo. Ioschpe (1997, p.27), por sua vez, define o Terceiro Setor como o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltadas à produção de bens públicos, como por exemplo, conscientização para os direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de ligas esportivas. Estas definições vêm destacar o caráter multifacetado deste Setor, demonstrando sua heterogeneidade de meios, mas com fins comuns, como a solidariedade, a sustentabilidade, a democracia e a equidade social.

A sociedade civil, como figura de destaque no novo cenário de contextualização social da modernidade, teve seu conceito originário dos livros de história



européia e introduziu-se na América Latina no final dos anos 70. A expressão Sociedade civil e cidadania como afirma Fernandes (1994, p.87), leva a um panorama universalista, partes de um todo maior o qual foi adotado pela maioria dos movimentos. A expressão sociedade civil vinha se contrapor, ao “militar” que estava intimamente ligado ao comando pela força.

Na sociedade civil, por seu lado, os relacionamentos entre indivíduos são segundo direitos adquiridos, inscritos nas leis. Para que tenham existência legítima, é preciso que, independente de suas ações ou aspirações, venham a comportar-se segundo as leis, havendo por consequência a preocupação com os mecanismos pelos quais uma idéia se transforme em lei, com a necessidade e desejo de participação política.

A história dos movimentos ligados à sociedade civil com finalidades de promoção social no Brasil, datam de épocas remotas e de difícil identificação, já que as primeiras obras de caráter assistencialista desencadeadas principalmente pela Igreja católica, remetem aos primeiros anos de colonização. Por outro lado só viriam a desempenhar um caráter mais libertador e de promoção humana, no seu sentido "lato", por volta dos anos 60, ainda pelas mãos da Igreja, que desempenhou um papel de destaque na luta pelos direitos humanos na época de ditadura e lançou as primeiras grandes mobilizações civis com as Comunidades Eclesiais de Base ligadas à Teologia da Libertação, onde o pobre e excluído era figura prioritária na construção de uma nova igreja e de uma nova sociedade. As Universidades também desempenharam um papel de destaque, com uma postura ativa e intimamente ligada aos movimentos populares, onde o discurso teórico era acompanhado de ação prática (LANDIM, 1998, p.45).

Numa Segunda fase, com o início da abertura política e o papel de destaque das Universidades e ainda com a volta dos exilados, via anistia de 1989, tem início uma nova era nos movimentos sociais e engajamento da sociedade civil. Salientam-se os ideários de esquerda, de forte influência marxista com aspirações políticas mais abrangentes. Dá-se impulso à tendência já em curso, pelos movimentos ligados à Teologia da Libertação, de deixar o assistencialismo em proveito de projetos estratégicos e de promoção humana, incentivando experiências de cooperativismo e geração de renda (LANDIM (1998, p.46).

Os movimentos populares tiveram no Brasil seus alicerces teóricos em autores ligados a linhas ideológicas de esquerda, na lógica histórica da luta de classes. Destacando-se Castells (75), Lojkin (77) Borja (71), Weffort (68), Touraine (78). Em suas obras há um constante debate sobre a incapacidade do mercado para assimilar as demandas por ele mesmos estimuladas, destacando o pensamento marxista de que o capitalismo cavaria a própria sepultura, através de suas contradições (FERNANDES, 1994, p.62).

Outro destaque na formação dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, é que se originaram e se desenvolveram à margem dos recursos locais, e das relações com o Estado ou com as empresas privadas, apoiando-se praticamente na cooperação internacional, o que lhes garantia uma maior independência e liberdade de ação. Destaca-se em todo este processo de formação e desenvolvimento dos movimentos sociais na América Latina, a importância de organismos internacionais de cooperação ligados às igrejas protestantes, principalmente européia, que sempre mantiveram forte atuação (FERNANDES, 1994, p.83).

A maioria das entidades ligadas à sociedade civil com finalidade públicas que hoje conhecemos, foram criadas a partir de 1985 e tiveram seu maior impulso depois de 1990. O panorama histórico que alavancou os esforços da sociedade civil organizada, analisando a América Latina de uma forma particular, está intimamente ligado ao número de empobrecidos e excluídos que cresceu 25% entre 1985 a 1990. O agravamento dos indicadores sociais se explica principalmente, em decorrência do galopante processo inflacionário que acometeu a maioria dos países, assim como aos drásticos cortes públicos por que passaram a maioria das economias desta região.

Deve-se ressaltar a ineficiência dos aparatos estatais, grande parte recém saídos de governos totalitários e subjugados por interesses externos que engessavam qualquer tentativa emancipatória. Todo este cenário veio estimular a busca por alternativas autônomas, que possibilitassem suprir as carências orçamentárias dos governos, estimulando a busca por recursos para fins sociais no setor privado, formando-se uma terceira força na condução de políticas e esforços sociais (FERNANDES, 1994, p.129).

Como já se afirmou, as organizações que compõem este tecido social, na maioria dos casos não são novas tendo suas origens perdidas na própria história através da manifestação de vários movimentos de cunho filantrópico ou que de alguma forma mobilizaram a sociedade civil em diferentes períodos históricos, com finalidades de âmbito social. O que podemos ressaltar como realmente novo é a sua força e poder de mobilização, únicos na história, capazes de pleitear igualdade em relação ao Estado e ao Mercado. Salienta-se que este esforço para conquistar um lugar equânime aos demais setores tradicionalmente estabelecidos, não vem como opositor, mas propor uma parceria intersetorial capaz de obscurecer os limites entre os três, visando-se o estabelecimento de um quadro de equilíbrio e harmonia com benefícios para toda a sociedade.

Putnam apud Drache (1999) assinala que as mudanças decorrentes de uma era globalizada com fortes pressões econômicas, criam como contra partida um sentimento mais forte de envolvimento cívico, levando os cidadãos de todo o mundo a construir redes e conexões, definindo o novo sentido do espaço cívico. As Organizações Não-Governamentais poderão se tornar uma proteção contra pressões competitivas globalizadas, com algumas semelhanças com o poder exercido pelos movimentos sindicais do começo do século XX. Não há dúvida de que a configuração das ONGS, acabam gerando uma relação triangular na descentralização e na reforma das políticas de bem estar.

### 3.2 Objetivos das Organizações Não-Governamentais

Ioschpe (1997) destaca que as Organizações Não-Governamentais apresentam como um dos seus principais desafios a busca por uma sociedade mais equânime, democrática e provedora de oportunidades que levem à inclusão dos hoje esquecidos e marginalizados. Esta disposição vem através de atos simples e com fórmulas antigas, que emanam do próprio inconsciente coletivo de se sentir parte de um todo comum. A grande diferença desta nova proposta é a capacidade mobilizadora de massas, tanto humanas como de capitais e de seu caráter mais profissional, com características próprias das ciências administrativas e organizacionais, com técnicas semelhantes às utilizadas pelas mais modernas empresas. Acredita-se na possibilidade de criação de um novo pacto social, composto pela sociedade civil organizada, empresas e pelo poder público, quebrando as fronteiras setoriais e mesmo nacionais, ultrapassando fronteiras e barreiras culturais, indo ao encontro do bem comum (MELO NETO e FROES, 1999).

A proposta de mobilização popular, é com certeza, sua grande bandeira que envolve mudanças drásticas nos paradigmas culturais de subserviência e passividade da sociedade civil. O caráter desta mobilização não é apenas reivindicatório, mas tem como fundamento à aglutinação de parcerias e repartição de responsabilidades, tanto com o poder público, empresas privadas, organizações internacionais e com as comunidades locais. Visa-se o bem comum, e para tal, todos têm de participar de forma a vislumbrar a criação de um novo pacto social, onde a participação e a parceria serão as palavras que nortearão a nova ordem social.

Segundo Landim (1998, p.70), boa parte das organizações da sociedade civil brasileiras realizam serviços extremamente variados, não se limitando ao seu campo inicialmente definido. Estão ligadas também a geração de renda, cozinhas comunitárias, reciclagem de lixo, agricultura alternativa, atendimento ou prevenção a saúde, casas de atendimento a crianças de rua, grupos de artesanato, complementação de renda, cooperativas de comercialização etc. Isto reflete o forte envolvimento com o grupo alvo e a sua grande flexibilidade e desburocratização que lhes permite inovar em áreas diferentes do carisma inicial.

Há de se salientar uma afirmação comum à grande maioria dos dirigentes ou estudiosos destas organizações, que é o fato de não pretenderem ser substitutos do Estado, pela própria vocação e até pelos recursos que dispõem serem extremamente limitados para a concretização desta hipótese. As ONGS, por carisma original tem sua atuação delimitada a grupos populares, discriminados ou marginalizados, promoção de valores, promoção da cidadania e interpelação do Estado ao nível de políticas públicas (LANDIM, 1998).

De acordo com Fernandes (1994, p.75) existem três idéias intimamente ligadas ao conceito de Organizações da sociedade civil de interesse público:

- Olhar o todo, em vez de especializar-se num segmento (estilo de pensamento das esquerdas)
- Valorizar a interação face a face, em vez da abordagem formal e burocrática (concentração no contexto católico)
- Concentrar-se no local de moradia, em vez de no local de trabalho. (associava-se à emergência dos movimentos sociais urbanos).

Assim as ONGS têm demonstrado ênfase em grupos comunitários pobres ligados a mulheres e crianças de uma forma particular. Por outro lado, quando se analisa o trabalho, há um enfoque especial para o meio rural, talvez por já existirem algumas proteções para os trabalhadores urbanos através dos sindicatos, o que não se dá no campo. Há que se destacar a fraca atuação destas organizações em relação aos idosos, já que predomina a ideologia do desenvolvimento voltada para o futuro (FERNANDES, 1994, p.76).

As ONGS e os movimentos sociais, anteriores aos anos 90 sofriam de isolamento em relação ao governo e às empresas, dificultando a sua atuação e diminuindo o seu potencial de alcance. Havia um preconceito explícito quanto aos governos que eram vistos como os causadores dos malefícios sociais que as ONGS se propunham a denunciar e solucionar. As empresas eram vistas como parte geradora dos desequilíbrios e antagonismos sociais que deveriam ser combatidos, impossibilitando-se qualquer aliança ou esforço conjunto. A partir da década de 90 com um quadro de democratização política mais sólida aliado a um pequeno grupo, mas crescente, de empresários que vêm levantando bandeiras sociais e participando ativamente em movimentos desta natureza, como o Instituto Ethos - Empresas e Responsabilidade Social, vimos à multiplicação de parcerias e de esforços, no sentido de um maior envolvimento entre todos nas questões sociais, acabando com o período de isolamento (FERNANDES, 1994).

De acordo com Landim (1998) salienta-se o papel das ONGS como co-gestoras de políticas públicas, sendo muitas vezes acusadas de substitutas funcionais e estratégicas do Estado no contexto neoliberal. Este fato é extremamente delicado e está envolto em discórdias e diferentes interpretações, que podem justificar a atuação das organizações não-governamentais como uma terceira força autônoma e equilibradora social, como por outro lado, poderão ser vistas como simples mantenedoras do status quo, como amparos de um sistema em vias de colapso.

Em decorrência deste esforço interpretativo, faz-se necessário o aprofundamento de certas questões: Que tipo de mercado queremos? E de Estado? E que tipo de Terceiro Setor? LANDIM (1998, p.25 e 26). No entanto, paralelamente a estes questionamentos de como deveria ser, deve-se Ter bem claro o panorama presente, o que está errado? E o que precisa mudar? No equacionamento e cruzamento destes dois grupos de respostas poderemos vislumbrar um planejamento de um modelo socioeconômico coerente com os anseios e necessidades de nossa sociedade.

### 3.3 Classificação das Organizações Não-Governamentais

Pereira e Grau (1999. P.37) alerta que quando se fala em ONGS, várias são as classificações e enquadramentos que lhe são atribuídas, devido à heterogeneidade de atuações e de aparentes propósitos. O grande perigo de enfraquecimento deste Setor aparece quando não se entende essa heterogeneidade como força e sim como vulnerabilidade e que realmente poderá acontecer se mal administrada. Termos como Sociedade Civil Organizada, Organizações Não Governamentais, Filantropia, Responsabilidade Social das Empresas, Cidadania, Solidariedade, Comunidades de Base, Cooperativismo Social, Empresas Sociais, entre muitas outras nomenclaturas que compõe este multifacetado Setor, que merece uma análise profunda, tanto em seus pontos de convergência como nos divergentes, de forma a que não haja desintegração de forças e princípios.

A dificuldade de classificar estas organizações, se deve a vários fatores, destaca-se no entanto, o fato deste universo ir além das fronteiras legais e formalidades habituais, já que a solidariedade vai além de modelagens tradicionais ou equacionamentos reducionistas, estando exatamente aí, a sua riqueza de conteúdo. Uma forma simplista de classificação, correria o risco de faltar com a verdade e descaracterização de sua verdadeira identidade, havendo então, a necessidade de aprofundamento do tema e de buscar no mesmo as raízes comuns que congregam estas organizações, para que se possa pensar num trabalho conjunto, no qual a heterogeneidade só vem agregar forças e não criar divisões enfraquecedoras.

As causas abraçadas são extremamente pulverizadas e muitas vezes de difícil conciliação e agrupamento numa mesma categoria, já que certas áreas de tão distintas, podem-se tornar até antagônicas. Áreas diversas como preservação ambiental, defesa dos direitos humanos, proteção a minorias e assistência social de várias naturezas, com origens e perfis variados, indo desde movimentos religiosos, comunitários, ideológicos e políticos, mas apresentando sempre o mesmo ponto em comum, ou seja, a sociedade civil organizada com finalidades públicas.

Quando se tenta caracterizar e identificar as ramificações de propósitos e de ações das ONGS deparamos com um problema de difícil equalização, pelas características ainda muitas vezes indefinidas, ou pela ampla gama de atuação e de finalidades destas entidades. Verifica-se, no entanto, subdivisões que definem de uma forma mais clara a composição destas e que serviram de parâmetros delimitadores das organizações a que este estudo pretendeu contemplar. Ferrarezi (2000) destaca que para serem consideradas Organizações da sociedade civil, as ONGS deverão possuir uma das seguintes finalidades:

- Promoção da cultura;
- Promoção gratuita da educação;
- Promoção da saúde;
- Promoção da segurança alimentar e nutricional;

- Defesa e preservação do meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- Experimentação de novos modelos sócio-produtivos;
- Promoção do voluntariado;
- Combate à pobreza;
- Promoção de direitos estabelecidos;
- Construção de novos direitos sociais;
- Promoção da ética, cidadania, paz, direitos humanos, e da democracia;
- Pesquisa e desenvolvimento de tecnologia alternativas<sup>3</sup>.

Os propósitos e meios de atuação são múltiplos e muitas vezes se interligam não havendo uma divisão bem definida entre eles, mas o que os caracteriza peculiarmente é um forte sentimento de responsabilidade social, que transpõe fronteiras nacionais. Os cidadãos organizados trazem para si a co-responsabilidade pela sociedade em que vivem e que desejam para seus filhos. Descobriu-se o poder da mobilização organizada e da consciência pró-ativa em defesa de conceitos e direitos, antes obscuros, como cidadania, direitos humanos, responsabilidade civil. A grande vantagem e estímulo destas organizações, vêm do envolvimento direto nos problemas da comunidade, atuando de forma desburocratizada e com transparência de ações de propósitos, criando-se um maior grau de participação e de envolvimento popular.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**

##### **4.1 Breve Histórico de Londrina**

O Norte do Paraná, uma região de terra roxa, muito fértil, era, até poucas décadas, uma extensa floresta. A colonização espontânea foi marcada pelo arrojo de homens saídos de Minas Gerais ou de São Paulo, que foram chegando à área de Cambará, entre 1904 e 1908. Rapidamente, a faixa entre Cambará e o Rio Tibagi – uma linha que representaria o futuro percurso da ferrovia São Paulo-Paraná – foi tomada por grandes propriedades cujos donos, via de regra, as subdividiam em pequenas parcelas vendidas como lotes urbanos ou rurais.

Enquanto isso, vastas áreas de terra roxa de domínio estadual localizadas a Oeste do Rio Tibagi, permaneciam praticamente inexploradas, sofrendo os efeitos de um lento e ineficaz plano de colonização do governo. Em 1920, percebia-se uma séria frustração nas expectativas de ocupação da área, em virtude da morosidade do Estado. Havia falta de continuidade, recursos financeiros limitados a uma visível inépcia oficial. O quadro, além disso, já tinha sido agravado com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, que não apenas interrompeu o fluxo de imigrantes como também provocou desconfiança naqueles que já se encontravam na região.

A partir de 1922, o governo estadual começa a conceder terras a empresas privadas de colonização, preferindo usar seus recursos na construção de escolas e estradas. Em 1924, inicia-se a história da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltda., que deu grande impulso ao processo desenvolvimentista da área.

---

<sup>3</sup> Lei nº 9790 de 23 de Março de 1999, artigo 3º.

Naquele ano, atendendo a um convite do governo brasileiro – que sabia do interesse dos ingleses em abrir áreas para o cultivo de algodão no exterior – chega a Missão Montagu, chefiada por Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento. Lord Lovat ficou impressionado com a exuberância do solo norte-paranaense e acabou adquirindo duas glebas para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão, com o apoio de “Brazil Plantations Syndicate” de Londres.

O empreendimento fracassou, devido aos preços baixos e à falta de sementes sadias no mercado, obrigando a uma mudança nos planos. Foi criada, assim, em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que transformaria as propriedades do empreendimento frustrado em projetos imobiliários. Na verdade, era uma tentativa de ressarcir o grupo inglês do prejuízo do projeto anterior.

Já de início, a Companhia concedeu todos os títulos de propriedade da terra, medida inusitada para as condições da região e mesmo do Brasil. Por isso, os conflitos entre colonos antigos e os recém-chegados, praticamente não existiram na zona colonizada pelos ingleses.

Porém, a grande novidade introduzida pela Companhia e que lhe valeria o “slogan” de “a mais notável obra da colonização que o Brasil já viu” foi a repartição dos terrenos em lotes relativamente pequenos. Os ingleses promoveram, desta forma, uma verdadeira reforma agrária, sem intervenção do Estado, no Norte do Paraná, oferecendo aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirirem os pequenos lotes, já que as modalidades de pagamento eram adequadas às condições de cada comprador.

O projeto de colonização, além disto, trouxe outras inovações, como a propaganda em larga escala, transporte gratuito para os colonos, posse das terras em quatro anos, alguma assistência técnica e financeira, levantamento de toda a área e até o mapeamento do solo em algumas zonas.

Londrina surgiu em 1929 como primeiro posto avançado deste projeto inglês. Na tarde do dia 21 de agosto de 1929, chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, no qual o engenheiro Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina. O nome da cidade foi uma homenagem prestada a Londres – “pequena Londres”, pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto Estadual nº 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade. O primeiro prefeito nomeado foi Joaquim Vicente de Castro.

A partir daí, Londrina manteve um crescimento constante, consolidando-se, pouco a pouco, como principal ponto de referência do Norte do Paraná e exercendo grande influência e atração regional.

## **5 O PROJETO LONDRINA MIL ONGS**

Londrina sempre foi, desde os seus primórdios, uma cidade empreendedora. Esta fama, atraiu pessoas do Brasil inteiro e de dezenas de países de todo mundo. Quantas pessoas chegaram até esta cidade apenas com uma idéia, um sonho e conseguiu transformar em um projeto, em uma realidade.

Assim, disposta a recuperar este perfil empreendedor, é que o município, em parceria com empresas, universidades e associações de classes desenvolveu o inovador

Projeto Londrina 1000 ONGS. Este Projeto tem como objetivo principal fortalecer o Terceiro Setor para uma gestão pública em Londrina

Administrar uma cidade com a participação popular exige o envolvimento dos cidadãos através de suas variadas formas de organização. Decisão, criatividade e parcerias são alguns dos ingredientes para um novo jeito de fazer política, voltada para o cidadão.

Todos os setores da Sociedade Civil, de modo organizado, estão convidados a participar dessa inovadora forma de gestão pública, onde o Terceiro Setor desempenha um papel central.

O Projeto 1000 ONGS tem ainda como um dos seus objetivos principais, fortalecer as Organizações Não-Governamentais, de diferentes naturezas e objetivos, para que possam exercer seu papel na construção de um município saudável, de um município no qual a qualidade de vida e desenvolvimento econômico caminhem juntos.

As Organizações Não-Governamentais foram ganhando espaço na definição de estratégias de desenvolvimento local, regional, nacional e mundial. O papel do chamado Terceiro Setor, está diretamente ligado ao conceito de responsabilidade social das empresas e à gestão pública participativa. O fortalecimento das Organizações Não-Governamentais constitui-se, portanto, uma estratégia de desenvolvimento para o município de Londrina.

Com o projeto 1000 ONGS, o município de Londrina pretende se tornar modelo de cidade democrática, modelo de gestão pública. O projeto 1000 ONGS tem ainda como finalidade estimular o desenvolvimento do Terceiro Setor em Londrina, articulando-o com a formulação e desenvolvimento de políticas públicas, buscando assim, alternativas de rendas, de trabalho, melhorias das condições de vidas das comunidades mais carentes, desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa por parte dos munícipes.

Assim, o Projeto Londrina 1000 ONGS surge em um momento oportuno e estratégico: por um lado, temos a redefinição do papel do Estado e, de outro, a luta da sociedade organizada contra a corrupção e o desmando da velha forma de fazer política. Diante da complexidade das transformações sociais que ocorrem, quem se propõe a administrar uma cidade como Londrina não se pode deixar de considerar o papel do Terceiro Setor na busca de alternativas aos impasses da consolidação da democracia.

O cenário em que nos encontramos é caracterizado pelo aumento das demandas sociais e também pela diminuição dos recursos públicos. Isto se levar em conta que além de poucos, estes recursos vêm sendo mal utilizados ou utilizados para finalidades estranhas e que violam os direitos do cidadão. Para reverter esse quadro, faz-se necessária à articulação entre Poder Público e Sociedade Civil organizada. Somente assim a participação deixará de ser discurso para se tornar realidade.

A integração entre as Organizações Não-Governamentais, Sociedade e Poder Público é uma construção coletiva, onde o próprio cidadão e as diversas organizações da sociedade devem participar de acordo com sua área de atuação. Assim, o projeto busca integrar as Organizações Não-Governamentais que trabalham com assessoria, educação, incluindo-se aqui, as universidades, escolas, creches, Apaes, Associações de cidadãos, associações de moradores, de bairros, organizações de trabalhadores, incluindo-se aqui os sindicatos, cooperativas, movimentos de trabalhadores urbanos e rurais; os movimentos sociais em diversas áreas; os Conselhos populares: conselhos de educação, de saúde, de mulheres, da criança, organizações de usuários de serviços; os clubes: clubes de serviços, esportivos, Lions, Rotary; as organizações de empresários e profissionais liberais: Associação Comercial e Industrial de Londrina, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, entidades profissionais; as empresas agrícolas, industriais e de prestação de serviços; as Igrejas, as pastorais sociais da Igreja Católica e de outras Igrejas, conselhos de comunidade, etc. Enfim, todos os grupos que constitui o rico tecido social das organizações sociais em Londrina.

As ONGS, de modo geral, são os canais mais próximos da população, permitindo um conhecimento da realidade e do cotidiano dos cidadãos e discussão dos problemas que afetam os bairros de Londrina. No entanto, por dificuldades legais, essas ONGS não desempenham todo o potencial para o qual foram criadas.

Para fazer com que as Organizações Não-Governamentais alcance os seus objetivos, será prestada assessoria à regularização da situação das mesmas perante os poderes públicos e perante os órgãos de controle e deliberação. Por sua vez, o Poder Público Municipal, através da Prefeitura e de suas diversas secretarias, e também através do Orçamento Participativo, destinarão recursos financeiros para que as organizações do Terceiro Setor desempenhem seu papel de mobilização social. Também será prestada assessoria para a elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos das Ongs, a serem apresentados junto a organismos de fomento nacionais e internacionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou apresentar as principais contribuições da literatura sobre a importância do Terceiro Setor e bem como o empreendedorismo social. Estas organizações que surgem da sociedade civil tem contribuído para as melhorias das condições de vida das populações onde as mesmas estão inseridas, têm gerado dezenas de empregos, renda, consciência crítica e ambiental e surgem da incapacidade do Estado em atender estas demandas, bem como, do indiferentismo de muitas empresas em relação aos problemas sociais.

Porém, o que mais chama atenção neste artigo é o Primeiro Setor, o Estado, através da Prefeitura Municipal de Londrina, incentivar o surgimento do Empreendedor Social, bem como a profissionalização dos mesmos. Esta talvez seja uma experiência realmente *sui generis*, uma vez que é muito comum o Estado contribuir e incentivar a instalação de novas empresas, o Segundo Setor, em suas áreas de atuação.

Assim, o Projeto Londrina Mil ONGS, recém implantado pela Prefeitura Municipal de Londrina é sem dúvida uma experiência inovadora, merecendo maiores estudos, especialmente em 2004 quando o projeto passará por uma avaliação profunda para identificar se o mesmo alcançou os objetivos propostos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor**: as origens do conceito. Anais do 26º ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração), Setembro / 2002.

ASHOKA Empreendedores Sociais e MCKINSEY & Company Inc. **Empreendimentos Sociais Sustentáveis**: como elaborar plano de negócio para organizações sociais”. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1997.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **Entre Capitalismo e Socialismo**: a Empresa Humana. São Paulo: Pioneira, 1983.

COOPER, Donald R. e SCHINDLER, Pamela S. **Método de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.



- COSTA, Claudia Regina Macedo da. **Uma análise do Comércio Eletrônico como Estratégia de Marketing**. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis
- DE BRUYNE, P. et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- DOLABELLA, Fernando. “**Oficina do Empreendedor**”. São Paulo: Cultura, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Globalização e crise do Estado Nacional. São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, v.40, n.2, abr. /jn. 2000.
- GUTIERREZ, Gustavo Luís. Da Autogestão à Economia Social: A Concepção de uma Nova Empresa. São Paulo: **Revista de Administração**, v.34, n.1, jn./mr., 1999.
- IOSCHPE Evelyn (et al) . Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KLIKSBERG Bernardo (Org). **Pobreza uma questão inadiável: Novas Respostas a Nível Mundial**. Brasília: ENAP, 1994.
- LANDIM, Leilah (Org). **Ações em sociedade: Militância, Caridade, Assistência, etc**. Rio de Janeiro: NAU/ISER, 1998.
- NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, Cesar. **Empreendedorismo Social: A Transição para a Sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- PUTNAM, Robert D. “**Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**”. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.
- [www.londrina.pr.br](http://www.londrina.pr.br). Acesso em 10 julho de 2003.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.